



Manifestações realizadas em junho, em todo o Brasil, levaram às ruas a indignação da população ante os rumos da política brasileira. Pressão popular resultou, entre outras coisas, na redução das tarifas de ônibus

Povo quer descentralizar o poder

Essa é a síntese da primeira audiência pública que discutiu a Reforma Política no Brasil. Propostas não faltam para essa finalidade

SANDRO THADEU
DAREDAÇÃO

A apresentação de uma emenda constitucional que permita alterações na Carta Magna para viabilizar a Reforma Política, por exemplo, deixa de ser uma tarefa exclusiva de deputados federais e senadores, permitindo que essa missão seja feita por um grupo de não congressistas eleitos diretamente pelo povo.

Essas pessoas não precisariam ser ligadas necessariamente a partidos, mas estariam impedidas de concorrer a qualquer cargo público por um período de oito anos, o que evitaria a autopromoção por participar desse processo.

As sugestões acima foram algumas das ideias discutidas na primeira audiência pública promovida pela Comissão da Reforma Política, uma iniciativa da Câmara de Santos.

O evento foi realizado ontem à noite, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de

Santos (UniSantos). Mais de 200 pessoas participaram.

Conforme o promotor de Justiça Luiz Sales do Nascimento, a criação de uma constituinte exclusiva para o tema, como foi sugerida pela presidente Dilma Rousseff (PT), não é possível hoje com base na legislação brasileira.

Porém, citou que essa hipótese tem uma previsão legal em outros países da América do Sul, como Argentina e Colômbia. Por esse motivo, apresentou a sugestão de emenda citada no início dessa reportagem. Os resultados seriam submetidos a um referendo.

"Aqueles que estão no poder hoje não têm interesse em mudar as regras do jogo", frisa Nascimento, que dá aulas no curso de Direito da UniSantos.

Para o representante do Ministério Público Estadual, as mudanças devem começar com uma reforma na Constituição. "Sem isso não teremos como fazer algo democrático e

Tome nota

>>A origem

A Comissão da Reforma Política foi instituída oficialmente na Câmara de Santos no dia 29 de junho. O funcionamento tem validade de 90 dias, mas os trabalhos podem ser prorrogados por igual período. Conforme o presidente desse grupo e do Legislativo, Sadao Nakai (PSDB), a ideia de discutir esse importante tema com a sociedade partiu de duas figuras históricas da política do Município: o ex-deputado federal Koyu Iha e o ex-deputado estadual Nelson Fabiano Sobrinho. A proposta foi feita antes mesmo de esse assunto ser pautado pelas manifestações populares vistas em junho.

progressista", destaca.

Ele entende que a primeira modificação deve ser a inserção na Carta Magna do "direito fundamental ao governo honesto", o que evitará que um político condenado por corrupção continue na disputa da eleição.

"Com base no texto, o povo poderia decidir a cassação do

mandato de alguém envolvidos em vários escândalos por meio de um plebiscito", diz.

AVALIAÇÃO

O promotor entende que as manifestações que eclodiram no Brasil serão melhor avaliadas com o passar do tempo pelos cientistas políticos e historiadores.

>>Próximo encontro

Outra audiência pública promovida pela Comissão da Reforma Política da Câmara de Santos está prevista para o próximo dia 20, às 15 horas. O advogado Sérgio Sérulo da Cunha e o cientista política e editorialista de A Tribuna, Alcindo Gonçalves, serão os debatedores. O evento deve ser realizado na Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Santos, que fica na Praça José Bonifácio, 55, Centro. O encontro é aberto à população. Mais informações sobre a iniciativa estão disponíveis no site reformapolitica.camarasantos.sp.gov.br.

res. Contudo, crê que ficou evidente que a população está descontente com a prestação de serviços públicos nas mais variadas áreas e a atuação dos políticos, de uma forma geral.

Militante político há mais de 30 anos, o advogado e mestre em Direito Previdenciário Sérgio Pardal Freudenthal afir-

mou que o repúdio aos partidos, como se viu em alguns protestos no País, é uma atitude antidemocrática. Por esse motivo, entende que foi um posicionamento equivocado, mas não fascista.

Além disso, considera uma "estupidez" a postura de alguns grupos que tentaram invadir as sedes dos poderes Executivo e Legislativo, como os chamados *black blocs* (coletivo formado por indivíduos e grupos de afinidades anarquistas, que se unem para uma ação estratégica de manifestação e protesto).

Nascimento e Pardal são favoráveis ao impedimento de empresas financiarem campanhas eleitorais. Outros temas debatidos rapidamente na noite foram: o fim do voto obrigatório e das coligações partidárias; regulamentação de audiências públicas; restrição de mandatos consecutivos no Legislativo; e ampliação do número de referendos e plebiscitos.